

A criança com síndrome de Down: ensino e aprendizagem

Maria Conceição de Melo Monteiro¹

Rovania Gomes²

RESUMO

Este estudo trata sobre a aprendizagem e ensino de crianças com síndrome de Down. Para tanto serão apresentados métodos pedagógicos e estratégias que favorecem o desenvolvimento intelectual, social e cognitivo. Foram realizadas duas pesquisas de campo com vistas a demonstrar a realidade do ensino e aprendizagem de crianças com síndrome de Down no município de Paracatu/MG. Os pais de alunos e professores foram entrevistados e os resultados apontam pela necessidade imediata de inserir as crianças com síndrome de Down na escola regular, com vistas a propiciar uma verdadeira inclusão. No estudo os métodos utilizados são os bibliográficos, quantitativos e qualitativos, com o uso de gráficos e questionários para demonstrar e analisar os resultados obtidos.

Palavras-chave: criança; aprendizagem; ensino; síndrome de Down.

ABSTRACT

This study deals with the learning and teaching of children with Down syndrome. For this, pedagogical methods and strategies that favor intellectual, social and cognitive development will be presented. Two field surveys were carried out to demonstrate the reality of teaching and learning of children with Down syndrome in the city of Paracatu / MG. The parents of students and teachers were interviewed and the results indicate the immediate need to insert children with Down syndrome in the regular school, in order to promote true inclusion. In the study the methods used are bibliographic, quantitative and qualitative, using graphs and questionnaires to demonstrate and analyze the results obtained.

Keywords: child; learning; teaching; down's syndrome.

¹ Graduando (a) do curso de Pedagogia da Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM

² Orientadora MSc

Introdução

A síndrome de Down é uma anomalia que influencia diretamente a aprendizagem e cognição, de forma que pode afetar de forma diferente cada indivíduo, inclusive no que se refere ao desenvolvimento intelectual. Segundo (SCHWARTZMAN, 2003) nenhuma pessoa com síndrome de Down é igual a outra, embora apresentem semelhanças físicas. Com base nessa premissa, este estudo irá apresentar conceitos e experiências práticas no processo de ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down. Para tanto serão apresentados dois trabalhos de pesquisa de campo, sendo possível identificar as melhores práticas utilizadas e as suas aplicabilidades.

Fator primordial no ensino das crianças com Síndrome de Down é a escolha da escola. As vantagens e desvantagens de uma escola regular e de uma escola exclusiva para pessoas com deficiência serão abordadas, bem como as estratégias e métodos de ensino que devem ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem.

Além de toda parte bibliográfica será apresentado um caso de uma aluna que possui síndrome de Down e frequenta aulas na escola regular e na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), bem como uma pesquisa de campo com professores, pais e alunos que possuem síndrome de Down. Nas apresentações destes casos serão feitas observações e análises pontuais segundo os conceitos e diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão e das principais literaturas que norteiam o assunto.

Por fim, o cenário atual do processo de ensino e aprendizagem na área inclusiva da cidade de Paracatu/MG estará em evidência. Conceitos como os de sala de recursos multifuncionais e atendimento educacional especializado também serão explorados. Todos os resultados obtidos no estudo serão exibidos e analisados por meios de gráficos e questionários, com vistas a demonstrar algumas falhas que esporadicamente podem ocorrer no processo inclusivo e como solucioná-las.

Objetivos

O objetivo principal deste estudo é demonstrar através de pesquisa de campo e experiências práticas de professores do município de Paracatu/MG estratégias que permitam o ensino e aprendizagem de crianças com síndrome de Down. Outra questão também muito importante que é tratada de forma indireta é a inclusão, que faz parte do corpo do trabalho, de forma a demonstrar a sua importância para a democratização de ensino.

O artigo também possui uma função social, que é sensibilizar todos os entes envolvidos na educação sobre a importância do ensino inclusivo, visando uma adequação e melhora nas práticas de ensino de pessoas com necessidades especiais, de modo a propiciar no futuro uma vida melhor para esta parcela da nossa sociedade que ainda vive marginalizada.

Metodologia

O estudo apresentado irá utilizar métodos de pesquisa bibliográficos, qualitativos e quantitativos. De forma que para propiciar melhor entendimento serão utilizadas duas vertentes.

A primeira vertente é baseada em conteúdo bibliográfico. Para tanto serão utilizados livros de autores que versam sobre o ensino e aprendizagem de crianças com síndrome de Down. Inicialmente será feita uma análise das diferentes obras literárias. Num segundo momento serão apresentadas as reflexões e conclusões acerca do tema proposto. Os principais autores que serão mencionados e contribuirão para o estudo são: Stainback e Stainback (1999), Vygotsky (1994), Castro e Freitas (2008) e Voivodic (2008).

A segunda vertente se baseia em duas pesquisas de campo, que foram realizadas com o objetivo de analisar a questão do ensino e aprendizagem de crianças com síndrome de Down. Inicialmente foram visitadas várias escolas municipais e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Paracatu/MG, o intuito foi identificar quais escolas possuem alunos com síndrome de Down matriculados. Após essa primeira fase foram realizadas entrevistas com os professores e pais dos alunos. As entrevistas foram realizadas inicialmente com questionários pré-estabelecidos de questões abertas e fechadas, porém no decorrer

do processo foram realizadas novas perguntas de forma a enriquecer as informações obtidas. Ressalta-se que as respostas das perguntas foram transcritas com o uso de um notebook.

A primeira pesquisa de campo irá apresentar através de questionário realizado com professores a trajetória de ensino e aprendizagem de uma criança de cinco anos com síndrome de Down. Nessa pesquisa por questões de objetividade não serão apresentadas todas as perguntas e respostas realizadas, mas sim um apanhado das informações necessárias para interpretação e análise. Já na segunda pesquisa serão utilizados gráficos e questionários com o objetivo de apresentar a percepção e o que pensam os professores e pais de alunos acerca do aprender e do ensino das crianças que possuem síndrome de Down. Todos os dados obtidos serão analisados e interpretados.

Estratégias e métodos de ensino

A educação da criança com síndrome do Down deve ser planejada com vistas a explorar as suas habilidades. Cabe aos educadores, pais e todos os envolvidos no processo de aprendizagem utilizar de meios que despertem o interesse e favoreçam o desenvolvimento intelectual. Embora cada criança seja única, a deficiência intelectual e as demais dificuldades podem ser superadas com o uso de técnicas específicas, segue uma lista das melhores estratégias que podem ser adotadas no ensino de crianças com síndrome de Down:

- a) sempre que possível adotar atividades práticas e prazerosas na aprendizagem, usando recursos como jogos educativos, músicas, dentre outros; Segundo (TRONCOSO, 1998) usar métodos de aprendizagem baseados em experiências práticas de ensino traz bem mais resultado;
- b) fazer adaptações no material que será estudado de acordo com o nível de entendimento, ritmo e aptidão da criança;
- c) adequar a linguagem, priorizando palavras fáceis e utilizando exemplos de coisas e objetos já conhecidos pela criança; Segundo (FLÓREZ e TRONCOSO, 1991) as crianças com síndrome de Down

possuem dificuldade em compreender frases mais complexas, onde estão implícitas frases subordinadas ou formas verbais no passado ou no futuro;

- d) usar métodos de ensino diferentes de acordo com as deficiências físicas e intelectuais; Segundo (OLIVEIRA; MACHADO, 2007) as adaptações curriculares envolvem modificações nas metodologias e organizações didáticas, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento;
- e) abusar da repetição, recurso muito importante para memorização e aprendizagem; Segundo (PUESCHEL, 1993) o fato de repetir a palavra gera a percepção do seu valor social, favorecendo o entendimento.
- f) planejar e desenvolver exercícios em grupos, favorecendo a inclusão, a interação e o desenvolvimento social e afetivo das crianças; Conforme (VYGOTSKY, 1998) as relações sociais e a afetividade são importantíssimas no processo de aprendizagem;
- g) elogiar e incentivar cada conquista da criança, por mais simples que seja, esse incentivo era ajudar a melhorar a sua autoestima e o seu desempenho escolar; Segundo (PIERRO, 1987) é necessário sempre buscar incentivar os alunos;
- h) dividir os conteúdos em partes, montando uma sequência lógica de aprendizagem; Segundo (VOIVODIC, 2008) as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios necessários para que tenham uma educação efetiva.
- i) conhecer o aluno, saber o que lhe interessa e o agrada, com essa informação é possível montar um plano de ensino personalizado para a criança, priorizando suas habilidades e inibindo as dificuldades; Conforme (NÓVOA, 1995) deve-se priorizar a construção de uma identidade, desenvolvendo um trabalho livre e criativo.

Além dessas estratégias, é fato comprovado que os estímulos e o processo de aprendizagem de crianças com síndrome de Down devem começar o mais cedo possível, logo nos primeiros anos de idade, quanto mais tarde se iniciar esse processo mais tempo será necessário para se alcançar os resultados esperados. Também se faz necessário estimular e ensinar essas crianças de forma constante, pois devido as limitações físicas e intelectuais a grande maioria não consegue aprender sozinha.

A cabeça de uma criança, mesmo a cabeça de um bebê Down, é uma lousa branca na qual pode-se escrever muitas e muitas coisas. E se escrevermos muitas e muitas coisas bem colocadas, quanto mais cedo melhor, porque mais cedo o bebê mostrará sua assimilação dessas coisas, com um desenvolvimento mais eficaz, tanto na área motora quanto na área da inteligência. (PIERRO, 1987, p. 2).

Outro fator muito importante que deve ser considerado é de logo no início da vida escolar de uma criança com necessidade especial informa-la da sua condição, quanto mais cedo a criança perceber que possui limites impostos pela Síndrome de Down melhor será para o seu desenvolvimento pessoal e interpessoal. Conforme (ROSS, 1998) a família é muito importante para que a criança aceite a deficiência e possa supera-la. Além da própria criança os outros alunos e os seus respectivos pais também devem ser informados e instruídos acerca da condição especial do colega, de modo que todos possam contribuir para o processo de ensino. Segundo (CASTRO E FREITAS, 2008) para que ocorra êxito deve existir um esforço comum de todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Ressalta-se que as informações apresentadas anteriormente se referem as melhores práticas de ensino que devem ser utilizadas na educação de crianças com síndrome de Down e quando adequadamente empregadas serão muito eficazes na aprendizagem. Contudo, é fato conhecido por pedagogos e especialistas que quando se trata de educação não existe uma fórmula pronta, assim como todo indivíduo possui as suas particularidades, as crianças com síndrome de Down não são diferentes, sendo necessário e primordial conhecer as habilidades e dificuldades de cada uma individualmente, e a partir deste conhecimento montar uma estratégia de ensino usando as práticas que melhor se adequem ao perfil do aluno.

De qualquer modo, as crianças com dificuldades de aprendizagem gerais ou dificuldades de aprendizagem específica, requerem programas específicos para favorecer o progresso na cognição e aprendizagem. (FARRELL, 2008, p.10)

Fatores que prejudicam a aprendizagem

Nos dias atuais é fato concreto que independente da condição ou deficiência todos os indivíduos são capazes de aprender. No caso de crianças com síndrome de Down não é diferente. A principal barreira no que se refere a aprendizagem é a deficiência intelectual, que apesar de todas as dificuldades pode ser superada com o uso de métodos corretos de ensino. Segundo (VOIVODIC, 2008) a síndrome de Down afeta o desenvolvimento intelectual, social e cognitivo. Uma segunda barreira a ser quebrada no processo de aprendizagem é a falta de inclusão no ambiente escolar. Embora tenha evoluído nos últimos anos a educação inclusiva no Brasil ainda está muito longe do ideal.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 21)

Cabe ressaltar que além da deficiência intelectual algumas crianças com síndrome de Down podem apresentar algumas complicações físicas, como por exemplo: problemas cardíacos, auditivos, respiratórios, odontológicos, má formação intestinal, dentre outros. Segundo (PUESCHEL, 1993) os indivíduos com síndrome de Down apresentam bem mais problemas de saúde do que as outras pessoas. Para que não ocorra interferência no processo de aprendizagem é preciso que a criança esteja muito bem de saúde, algumas vezes devido à dificuldade na comunicação por parte da criança algumas doenças e complicações físicas passam despercebidas, como problemas de visão e auditivos, o que prejudica ainda mais o ensino.

A importância dos pais

É notório a diferença na aprendizagem das crianças que além do ambiente escolar são acompanhadas e estimuladas pelos pais. Essa diferença é maior ainda quando se trata de crianças com Síndrome de Down. Não há como negar que no momento da descoberta que um filho possui necessidade especial ocorra uma fase muito difícil. Segundo (SILVA e DESSEN, 2001), a família passa por um processo muito difícil até que aceite a criança com deficiência mental e crie um ambiente familiar propício para a inclusão dessa criança. Porém, cessada essa fase, é preciso o entendimento por parte de toda a família que os indivíduos com Síndrome de Down quando devidamente estimulados e educados podem ter uma vida normal.

Fato também é que nos dias atuais a vida é muito agitada, são dezenas de afazeres diários que muitas vezes fazem com que os pais deixem de acompanhar de forma mais incisiva o crescimento de seus filhos, delegando a outros uma função que deveria ser sua. Isso é um grande erro, as crianças com síndrome de Down devem ser educadas e estimuladas pela família, é preciso que seja criado um ambiente que favoreça a descoberta e o desenvolvimento espontâneo através de muito carinho e dedicação. Itens como televisão e computador devem ficar em segundo plano, priorizando sempre atividades práticas como jogos, leitura e brincadeiras. Segundo (ROSS,1998) os pais tem a função de propiciar um ambiente harmônico que permita o desenvolvimento emocional e intelectual dos filhos.

Além do ambiente escolar as famílias devem buscar outras atividades para as crianças com síndrome de Down. Passeios em parques, futebol, natação, ballet, atividades ao ar livre, tudo é válido. O somatório de várias experiências ajudarão no desenvolvimento pleno destas crianças. Segundo (TONINI e COSTAS, 2008) atividades ao ar livre que envolvam observações, comparações, uso e todos os aspectos sensoriais são realizadas de modo alegre e proveitoso se tornando muito importantes para o desenvolvimento da criança.

Ademais os pais também devem auxiliar no desenvolvimento escolar de seus filhos. Devido as várias limitações o aprender para crianças com síndrome de Down ocorre de forma mais lenta e gradual, nesse ponto é que a família é muito importante, os pais devem se torna uma espécie de “professor particular”, revendo juntamente com seus filhos as atividades desenvolvidas na escola. Segundo (CAMBRUZZI, 1998) os pais desenvolvem um papel importantíssimo no ensino dos filhos com deficiência intelectual, principalmente quando atuam em conjunto com a escola.

Em casa, a família deve priorizar atividades, exercícios e exemplos práticos, algo que nem sempre é possível de ser realizado no ambiente escolar. Além disso, a forma de ensinar pode ser mais dinâmica, recursos como cartazes, ilustrações, mímica, jogos e brincadeiras são excelentes. Conforme (VYGOTSKY, 1994) o aprender deve ocorrer de forma espontânea através de atividades lúdicas.

A interação constante permite que os pais de crianças com síndrome de Down conheçam bem os seus filhos, facilitando a identificação de fatores que favoreçam a aprendizagem, como principais interesses e habilidades. Esses fatores devem ser utilizados de forma constante e transmitidos para a escola, beneficiando

assim todos os envolvidos. Segundo (CURY, 2003) pais e professores são parceiros na grande empreitada da educação.

O ensino e aprendizagem da criança com síndrome de Down

Nesta parte do estudo será apresentado uma pesquisa de campo aonde foram analisadas as questões de ensino e aprendizagem de uma criança de cinco anos que possui síndrome de Down. O estudo foi realizado no município de Paracatu/MG no período em que os entes envolvidos no processo de educação da criança avaliavam qual instituição de ensino era a mais adequada: a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) ou uma escola municipal regular. Foram realizadas entrevistas com professoras da APAE e da escola regular. Os pais da criança também foram procurados contudo não se dispuseram a participar. Durante a pesquisa de campo os entrevistados foram identificados da seguinte forma:

Professora da escola municipal regular: P-REG.

Professora da APAE: P-APAE.

Pais da aluna: P-AL.

Aluna com síndrome de Down- A-SD.

Para melhor análise do processo de aprendizagem e ensino os dados coletados foram divididos nos seguintes grupos: a) Histórico escolar; b) Aspectos relativos a aprendizagem; c) Conclusões.

a) Histórico escolar

A aluna com síndrome de Down já havia frequentado um ano na Escola Municipal e estava no início do segundo período, ao perceber o seu baixo desempenho escolar e a sua grande dificuldade de aprendizagem a professora acionou a diretoria da escola, que em conjunto com os pais da criança resolveram

encaminha-la para a APAE como forma de complementar seus estudos. No trecho abaixo a P-REG relata a situação da A-SD:

P-REG: ... A A-SD frequenta aulas três vezes por semana em nossa escola e durante dois dias vai pra APAE. ... é uma situação transitória, só pra gente ver em qual local ela se adapta melhor.

Analisando a fala da P-REG percebe-se que o método adotado de intercalar a vida escolar da criança entre uma escola municipal e um ambiente para crianças especiais poderia ser realizado de forma diferente. Mesmo se tratando de uma situação transitória a criança será muito prejudicada, pois quando deixa de ir à escola regular para frequentar a APAE perde toda a sequência cronológica e didática dos conteúdos estudados, dificultando ainda mais a sua aprendizagem. Além disso, foi constatado durante visita à APAE que o currículo escolar desenvolvido não é o mesmo de uma escola regular. Para solucionar essa situação momentânea a alternativa mais viável seria a criança acompanhar as aulas na escola municipal normalmente e no horário contrário frequentar a APAE.

Por mais que pareça comum, essa conjuntura do caso em estudo permeia os vários debates de inclusão e do processo de aprendizagem de crianças com necessidades especiais. A escolha do tipo de instituição de ensino é sempre muito difícil nesses casos, tanto as escolas regulares como as especiais apresentam várias vantagens e desvantagens. Por um lado as escolas regulares favorecem o convívio interpessoal e o desenvolvimento socioafetivo, contudo ainda falta investimento em atividades pedagógicas, além de possuírem salas quase sempre lotadas e professores muitas vezes sem a formação acadêmica adequada. Por outro lado as escolas especiais fornecem um atendimento personalizado aos alunos, desde o corpo docente ao uso dos recursos pedagógicos tudo é muito bem planejado, deixando a desejar no fator sociabilidade, pois de forma geral nessas escolas não ocorre a convivência com pessoas que não possuem deficiências, exceto com os educadores. Conforme (VYGOTSKY, 1998) não se pode isolar as crianças com deficiências em fortalezas e sistemas fechados de educação, isso aumenta o isolamento e dificulta a convivência em sociedade.

Vejamos o relato da P-APAE:

P-APAE: ... o problema também é que aqui a A-SD não tem contato com muitas pessoas, aí quando chega alguém diferente já viu né ... Ela fica muito agressiva ... eu acho que a A-SD tinha que conviver com mais pessoas, tinha que trabalhar esse lado dela.

b) Aspectos relativos a aprendizagem

No campo teórico tudo é muito fácil, porém durante esta pesquisa de campo foi possível constatar que educar uma criança com síndrome de Down na prática é muito difícil. As escolas, professores e pais, como algumas exceções, ainda não estão totalmente prontos para superar esse desafio. A própria legislação brasileira foi atualizada com o intuito de beneficiar a aprendizagem e inclusão de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, contudo não bastam leis se não houver condições de aplicá-las. A comprovação deste fato será feito no decorrer da apreciação do processo de aprendizagem em estudo, que de forma geral evidencia a realidade de nosso país. Para iniciar nossa análise vejamos o relato da P-REG acerca da participação da A-SD em sala de aula:

P-REG: ... A A-SD não tem condições de acompanhar o restante da turma ... na minha aula aqui eu deixo ela à vontade ... na maior parte do tempo ela tá rabiscando, tá brincando... eu tenho que escolher, ou eu paro tudo e do aula só pra ela ou eu do aula para o restante dos alunos.

Com as frases da P-REG é possível constatar que devido à dificuldade de aprendizagem a A-SD não acompanha o mesmo conteúdo programático que é aplicado para os outros alunos da turma. Fica evidente que dessa forma a aprendizagem da A-SD será muito prejudicada. Uma das soluções para este problema seria que a escola disponibilizasse um professor exclusivo para a A-SD, o que atualmente já é previsto na Lei Brasileira de Inclusão.

Segundo a [lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#): Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em

instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (Brasil, 2015)

A P-REG reforça ainda mais a necessidade deste profissional nas seguintes frases:

P-REG: ... A A-SD tem muita dificuldade em prestar atenção ... só gosta quando tem muitas cores ou então quando tem coisa que dá pra ela ficar pegando... eu percebi que apesar de toda a dificuldade, no fundo ela tem condições de aprender algumas coisas, mas no caso teria que ter um professor exclusivo só pra ela.

Essas afirmações da P-REG além de reforçar a necessidade do profissional de apoio também levanta várias questões quanto a aprendizagem da aluna. A primeira é que a A-SD tem muita dificuldade com conceitos abstratos, dessa forma deve-se priorizar atividades práticas no ensino. O correto seria que fosse realizado pela P-REG juntamente com um profissional de apoio um plano pedagógico específico, para que assim a A-SD tivesse condições de acompanhar o ritmo dos outros alunos. Conforme (VOIVODIC, 2008) na educação de crianças com síndrome de Down devem haver adaptações e o uso de diferentes recursos para sanar as dificuldades no aprendizado.

Uma segunda questão é o fato da P-REG mencionar que a A-SD “tem condições de aprender algumas coisas”. Esse relato deixou a perceber que a P-REG não acredita que a A-SD possa realmente ter um desenvolvimento educacional igual ao dos outros alunos. Isso é um grande problema, pois se todos os profissionais de educação pensarem desta forma as pessoas com síndrome de Down jamais terão um desenvolvimento educacional satisfatório.

Ainda na questão do ensino, durante este estudo foi possível perceber que quando se trata de alunos com síndrome de Down como no caso da A-SD, o que prevalece são as atividades ditas “práticas”, como por exemplo: pintar, rabiscar, desenhar. O que de forma geral é necessário, mas deve ser feito com moderação, de forma a não prejudicar o desenvolvimento da criança. Da forma que está sendo realizado atualmente pelos educadores é como se esses alunos com deficiências intelectuais não conseguissem aprender conteúdos teóricos, fato que não procede com a realidade, bastando apenas o uso das estratégias corretas de ensino para

que ocorra um bom desenvolvimento educacional. Conforme (TONINI e COSTAS, 2008) a pessoa com deficiência intelectual apresenta dificuldade no que se relaciona ao pensamento abstrato, portando os educadores devem utilizar métodos para desenvolver essas capacidades.

Um outro fator que interfere no processo de aprendizagem do nosso caso em estudo é a dificuldade de socialização da A-SD, vejamos o que diz a P-APAE:

P-APAE: ... comigo hoje a A-SD é muito boazinha, me dá beijo ... mas no começo ela mal olhava na minha cara ... Eu já percebi que a A-SD é muito na dela, gosta de fazer tudo sozinha ... não é de falar muito e nem de se enturmar.

Nessas frases da P-APAE nota-se que a A-SD possui uma personalidade bastante introvertida. Algo importante de ser observado, pois apesar de grande parte das pessoas que possuem síndrome de Down serem muito espontâneas e afetuosas isto não é uma regra, características pessoais e o próprio ambiente de convívio interferem diretamente no temperamento do indivíduo. Conforme (VYGOTSKY, 1998) as características individuais de cada pessoa são formadas a partir da relação com outras pessoas e com o ambiente que as rodeia.

Um fato que também deve ser observado é que geralmente as crianças com síndrome de Down apresentam além da deficiência intelectual outras complicações, que podem ser físicas, motoras ou emocionais. De forma que essas complicações dificultam direta e indiretamente o processo de aprendizagem, por esse motivo estas crianças devem ser acompanhadas por um equipe de vários profissionais, como médicos, pedagogos, psicólogos, entre outros. Conforme (NOGUEIRA, 2004) para se obter êxito existe a necessidade do trabalho em conjunto de vários profissionais. A própria A-SD necessita de acompanhamento constante pelo fato de apresentar dificuldade na questão da sociabilidade e na questão da saúde, conforme por ser comprovado pelo relato da P-APAE:

P-APAE: ... o que complica muito é que volta e meia a A-SD está doentinha, por conta disso ela falta muito ... isso prejudica muito também.

Um outro item a ser tratado que influencia a aprendizagem da A-SD é a questão familiar. O que sem dúvida é um dos problemas mais difícil de ser superado. A situação familiar da A-SD é descrita pela P-REG:

P-REG: ... A A-SD possui uma família muito problemática, o pai é alcoólatra e a mãe que tem pouca instrução e trabalha muito não se preocupa muito com a educação da filha, deixando tudo por conta da escola. ... até hoje a A-SD não tem um laudo médico.

Na situação descrita percebe-se um descaso por parte da família da aluna. Nesse caso a própria escola deveria tomar algumas providências para que a A-SD não seja prejudicada, acionando num primeiro momento os pais para uma reunião. Na falta de uma solução para o problema e dependendo da situação a escola também pode acionar os demais órgãos sociais incumbidos na proteção e garantia dos direitos das crianças.

O fato é que os pais das crianças com síndrome de Down devem acompanhar e auxiliar na vida escolar de seus filhos, fornecendo todo o suporte necessário para o pleno desenvolvimento.

O desenvolvimento das crianças com deficiência mental não dependem só do grau em que são afetadas intelectualmente, pois numa visão mais sistêmica consideram-se vários fatores que interferem no desenvolvimento, dos quais o principal é o ambiente familiar. (VOIVODIC, 2008, p. 49)

c) Conclusões

Após dois meses das primeiras entrevistas foi realizado uma última visita na Escola Municipal e na APAE, o objetivo foi averiguar a definição da vida escolar da A-SD e encerrar a pesquisa de campo. A resposta veio com os seguintes relatos das professoras:

P-REG: ... a A-SD está na APAE direto agora, acho que foi o melhor pra ela. Aqui ela só ficava rabiscando e desenhando sozinha, eu não tinha condições de parar minha aula pra dar atenção exclusiva pra ela.

P-APAE: ... a A-SD é um amor, na medida do possível está se desenvolvendo bem, tá bem mais espertinha do que quando chegou.

Pelas condições encontradas o desfecho da situação escolar da A-SD já era esperado. Todavia, durante a busca de embasamento teórico e estudos sobre aprendizagem de crianças com síndrome de Down a solução encontrada para a A-SD não foi a mais acertada. Seguindo os pilares da inclusão escolar o correto seria que todo indivíduo, independente de qualquer que seja a sua deficiência, frequentasse uma escola regular, principalmente quando criança. As crianças com síndrome de Down no futuro irão fazer parte da sociedade, e ao serem educadas com outras crianças que não possuem deficiências, desenvolverão além dos conhecimentos teóricos outras habilidades sociais e afetivas necessárias para um bom convívio social. Segundo (VYGOTSKY, 1994) a exclusão escolar das crianças com deficiência é um fator que prejudica todo o seu desenvolvimento psicossocial.

Para atender todas as necessidades da A-SD, bem como a de outros alunos com deficiência intelectual, o correto seria que a escola municipal em destaque passasse por alguma mudanças, de forma a se tornar uma escola adaptada a receber os mais diversos tipos de alunos, independente de sua condição. Um fato importante é que em um contexto geral todas as escolas brasileiras deveriam se adaptar a essa nova realidade, adotando a visão de que o aluno é o elemento principal do processo educacional e que devem ser tomadas todas as medidas necessárias para garantir o seu desenvolvimento. Esse conceito de escola é denominado escola inclusiva, sendo o modelo mais moderno adotado atualmente.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferença que possa ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus educandos acomodando tanto estilos com ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade. (UNESCO, 1994, p. 61)

Tendo em vista tudo o que foi relatado também é preciso analisar a educação inclusiva no Brasil num outro panorama. É preciso parar de demagogia e vislumbrar a realidade da grande maioria das escolas brasileiras, que na atual conjuntura, assim como ocorreu na escola municipal que foi realizado o estudo, não oferecem condições para educar verdadeiramente uma criança com síndrome de

Down ou com qualquer outra deficiência intelectual. Destaca-se a sinceridade da P-REG em suas palavras:

Prof. REG: ... a verdade é que aqui ela (A-SD) só passava o tempo. Enquanto os outros alunos faziam atividades ela ficava fazendo outra coisa, tipo brincando, correndo ... e o pior de tudo é que eu não tinha como fazer nada ... eu não tinha condições de educar ela.

A solução para esta situação da A-SD, assim como para tantas outras crianças com algum tipo de deficiência seria como já foi citado anteriormente investir em escolas inclusivas e em mais recursos humanos. Segundo a legislação atual os alunos com síndrome de Down tem direito a um profissional de apoio escolar, contudo muitas vezes para ter esse benefício a escola exige um laudo médico que ateste a condição da criança, o que algumas vezes não é possível adquirir pelos mais diversos motivos, como é o caso da A-SD. O acesso a esse profissional de apoio escolar, bem como a outros profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas e outros deveria ser facilitado. Na verdade esses profissionais deveriam ser inseridos dentro da escola para atender todas as crianças que necessitassem de acompanhamento e apoio. Segundo (MENDES,2008) o professor não tem condições e não dispõe de todo o conhecimento necessário para atender os alunos em todas as suas dificuldades, necessitando do auxílio de outros profissionais.

Além de tudo o que já foi descrito, para adotar um sistema inclusivo realmente eficaz é preciso que as escolas utilizem das boas práticas educacionais que já existem, como o atendimento educacional especializado (AEE) e as salas de Recursos Multifuncionais. Segundo (SEESP/MEC, 2007) o atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Já as salas de Recursos Multifuncional segundo (Comitê de Ajudas Técnicas-CAT, 2007) é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência,

incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Estes recursos quando utilizados em conjuntos com outras práticas são essenciais para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiências intelectuais. Para as escolas brasileiras se tornarem inclusivas também é necessário que os gestores adotem uma série de medidas que favoreçam a inclusão, sensibilizando a comunidade, os alunos, os pais e professores, para que todos tenham um objetivo comum. Muitas vezes medidas simples como adequação de salas, de conteúdo curricular, palestras e investimento em ambiente trazem grandes resultados. Segundo (PAULON, 2007) para que ocorram transformações dentro da escola é necessário que os profissionais envolvidos tomem para si a tarefa de pensar estas questões de forma reflexiva e coletiva, sendo assim, é necessário que todos os agentes institucionais percebam-se como gestores e técnicos da educação inclusiva.

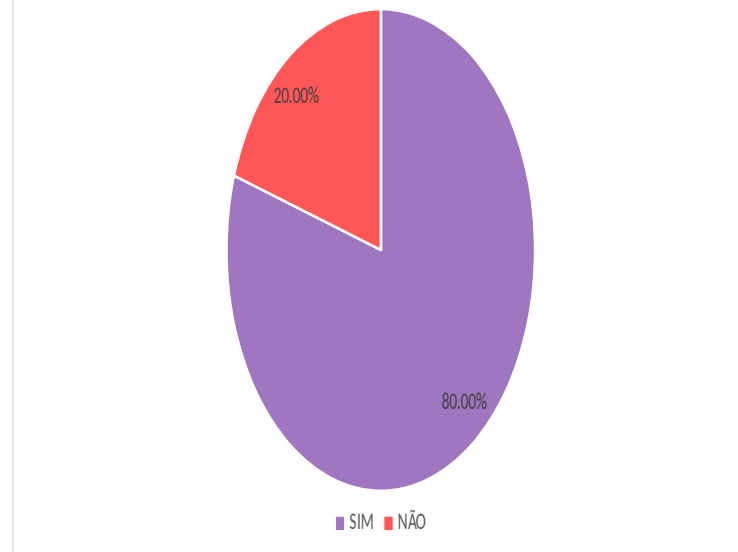
A visão dos professores

Atualmente muito se discute a inclusão em nosso país, a própria sociedade aos poucos começa a se engajar em prol dos indivíduos que possuem algum tipo de deficiência, como no caso das pessoas que possuem síndrome de Down. No que se refere a aprendizagem há várias fontes e teorias sobre métodos e práticas de ensino. Contudo, essa questão deve ser avaliada principalmente pelos professores, que são os verdadeiros responsáveis pela educação e que conhecem todas as dificuldades do processo de ensino.

Com base nessa afirmação e seguindo essa linha de raciocínio, foram entrevistados 10 professores de escolas municipais da cidade de Paracatu/MG. As entrevistas foram realizadas em diferentes escolas e o objetivo foi realizar uma amostra sobre o que pensam os educadores e qual a realidade atual dos alunos com síndrome de Down no município.

Iniciou-se a pesquisa perguntando aos professores se uma criança com síndrome de Down é capaz de aprender tanto quanto outras crianças que não possuem nenhum tipo de deficiência. Vejamos o resultado através do gráfico abaixo:

CAPACIDADE DE APRENDER DAS CRIANÇAS QUE POSSUEM SÍNDROME DE DOWN COMPARADAS A OUTRAS CRIANÇAS



Fonte: Pesquisa realizada com professores nas escolas municipais de Paracatu/MG, 2018

Tendo 80% dos professores relatado que a criança que possui síndrome de Down é capaz de aprender tanto quanto outras crianças percebe-se que é totalmente possível desenvolver uma boa educação inclusiva em nosso país. É fato que existe muita diferença no aprendizado e desenvolvimento de uma pessoa com síndrome de Down, contudo todos os empecilhos podem ser superados com a dedicação de todos.

A deficiência intelectual no aluno com síndrome de Down impossibilitará muitas vezes a resolução de questões interpretativas e mais complexas, dessa forma os educadores devem trabalhar em cada conteúdo os princípios básicos e norteadores, tendo como limite a capacidade de compreensão e assimilação do aluno, não deixando de explorar ao máximo suas habilidades. Não se trata de um falso aprendizado, até mesmo os alunos ditos “normais” não conseguem absorver todo o conteúdo que é proposto no decorrer de sua vida escolar, o mais importante é educar com vistas a proporcionar o conhecimento necessário para um pleno convívio em sociedade. Segundo (ALMEIDA, 2007) o retardo na aprendizagem ocorre devido a deficiência intelectual, porém este fato não deve inibir a transmissão do conhecimento.

Em continuidade as entrevistas foi realizado a seguinte pergunta aos professores: Uma criança com síndrome de Down tem condições de aprender estudando em uma escola regular? Vejamos as respostas através da tabela abaixo:

PROFESSORES	RESPOSTAS
Professor 1	Até tem, mas além do professor teria que ter um auxiliar em sala pra ajudar.
Professor 2	Hoje não. Pra isso acontecer a escola toda teria que mudar, até a questão da acessibilidade.
Professor 3	Talvez. Não sei dizer com certeza. Mas acho que além da aula normal o aluno com síndrome de Down deveria ter aula de reforço pra complementar.
Professor 4	Olha, na minha opinião não, nem formação pra dar aula pra esse tipo de aluno eu tenho, nem fiz concurso pra isso.
Professor 5	Da forma que tá hoje não tem condições, mal do conta dos meus alunos.
Professor 6	Acho que sim, mas teria que mudar muita coisa.
Professor 7	Do jeito que tá hoje. Nunca. Só daria certo se tivesse um diretor novo, que corresse atrás das coisas.
Professor 8	Acho que teria se tivesse um conteúdo programático diferente, feito próprio para o aluno com síndrome de Down.
Professor 9	Eu tenho um afilhado que tem síndrome de Down e estuda em escola particular, lá ele tá desenvolvendo muito bem. Aqui acho que daria certo também, basta boa vontade do professor. Tem que entender que a maneira de ensinar e o tempo são diferentes, mas a criança aprende do mesmo jeito.
Professor 10	Se tivesse dois professores na sala de aula daria certo, porque ficaria um só pra ajudar o aluno com síndrome de Down.

Fonte: Pesquisa de campo realizada com professores, 2018

Fazendo um comparativo entre a primeira pergunta e a segunda pergunta, percebe-se que apesar de 80% dos professores entrevistados acreditarem que as crianças com síndrome de Down são capazes de aprender, por outro lado uma parcela significativa desses mesmos docentes acham que a escola regular não tem condições de educar essas crianças. Através desses dados é possível constatar uma certa discrepância, que é ocasionada pelas várias deficiências que a escola regular apresenta no que refere a educação inclusiva, bem como pela falta de formação acadêmica inclusiva dos professores e por problemas estruturais no ensino de nosso país.

No que tange a educação brasileira nota-se um ensino baseado em conteúdos abstratos e conceitos teóricos, que muitas das vezes não tem aplicabilidade prática na vida das pessoas. Para atender os alunos com síndrome de Down, bem como todos os outros alunos é preciso uma reestruturação da grade curricular, aproximando o ensino da realidade. O conteúdo programático e as práticas de ensino adotadas devem respeitar a capacidade de desenvolvimento individual de cada aluno, de forma a prepara-lo para a vida em sociedade, sempre buscando incentivar a autonomia, o dinamismo e a proatividade. Segundo (VYGOTSKY, 1994) o desenvolvimento do aluno será potencializado com o uso de métodos de ensino que priorize suas habilidades.

Em análise as respostas dos professores nas entrevistas realizadas é possível perceber que uma parte dos docentes demonstram apreensão, dúvida e uma certa hesitação quando se refere a alunos com síndrome de Down. Para solucionar essas questões deveria haver um maior apoio por parte da escola, bem como investimento em formação acadêmica na área inclusiva para esses educadores.

Um outro fator observado é que apesar de toda a legislação a educação inclusiva no Brasil ainda tem poucas experiências práticas nas escolas regulares. É bem comum nos dias atuais ver crianças com síndrome de Down frequentando principalmente APAE. É preciso o quanto antes quebrar esse paradigma e inserir os alunos com deficiências nas escolas regulares, somente desta forma serão feitas as adequações necessárias a nível educacional, permitindo assim uma verdadeira democratização do ensino.

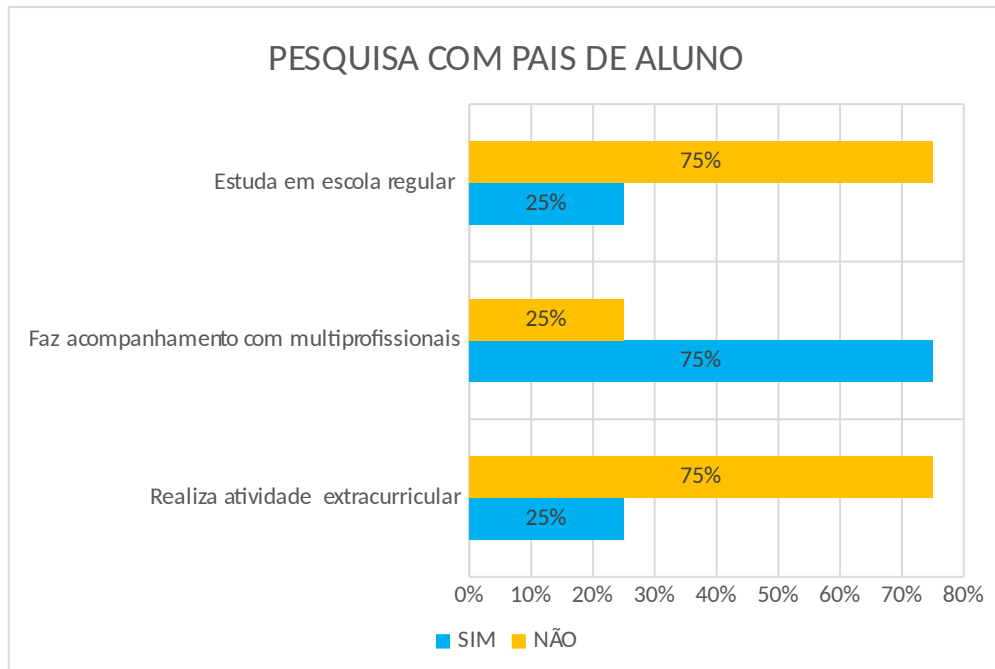
Análise das questões que influenciam na aprendizagem a partir do que dizem os pais dos alunos

Tendo em vista a importância dos pais no desenvolvimento e aprendizagem foi realizado uma entrevista com quatro pais de crianças que possuem síndrome de Down. As perguntas foram realizadas através de questões fechadas e foram escolhidas de acordo com o grau de influência de cada uma na aprendizagem. Do total de entrevistados 03 (três) crianças frequentam a APAE e somente 01 (uma) frequenta uma escola regular. Segue abaixo as perguntas realizadas e logo em seguida um gráfico com os resultados:

1- Além da escola o seu filho realiza alguma outra atividade extracurricular, como natação, ballet ou outros?

2- O seu filho faz acompanhamento com fonoaudiólogo, terapeuta, psicólogo ou em outros profissionais que não seja o pediatra?

3- O seu filho estuda em escola regular?



Fonte: Pesquisa de campo realizada com pais de alunos, 2018

Obtido os dados, analisaremos cada item separadamente. Na primeira pergunta apenas 25% dos alunos realiza atividade extracurricular, nesse caso enquadra-se as atividades que não são realizadas na APAE ou na escola regular. Essa quantidade de alunos deveria ser maior, pois é fato comprovado que quanto maior a quantidade de estímulos melhor será o desenvolvimento, mesmo em famílias carentes é possível estimular as crianças com atividades simples, como por exemplo com futebol na rua ou brincadeiras na pracinha do bairro.

Na segunda pergunta foi possível constatar que 75% dos filhos dos pais entrevistados são acompanhados por outros profissionais que não os habituais. Destaca-se que para crianças com síndrome de Down o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar é muito importante, pois fatores como atraso no desenvolvimento da fala e dificuldade na coordenação motora por exemplo, influenciam diretamente na aprendizagem. Este resultado se deve principalmente por conta dos alunos que frequentam a APAE, pois a entidade dispõe de equipe multidisciplinar para acompanhamento constante, o que geralmente não ocorre na escola regular.

Das perguntas realizadas o pior resultado obtido foi o que se refere a escola frequentada pelos alunos. De todas as crianças cujo os pais foram entrevistados 75% frequentam a APAE. Este resultado mostra que se faz necessário uma

mudança de postura imediata. É preciso a conscientização de que as crianças com síndrome de Down não devem ser tratadas como incapazes, excluindo-as do convívio social, pelo contrário, é preciso incentiva-las a terem um desenvolvimento autônomo e conviver em sociedade. Nesse processo a escola regular é fundamental, pois é nela que a criança com deficiência intelectual vai desenvolver sua sociabilidade, responsabilidade e comprometimento, aprendendo a superar suas limitações.

Considerações finais

Através da análise de todo o conteúdo bibliográfico e das experiências práticas realizadas neste estudo é possível perceber que embora a questão do ensino e aprendizagem de crianças com síndrome de Down tenha evoluído bastante, ainda é necessário que ocorram algumas mudanças a nível educacional, permitindo assim melhores resultados.

As escolas precisam encontrar formas de superar os problemas pré-existentes: professores sem formação inclusiva adequada, salas muito lotadas e falta de estrutura são questões que dificultam o ensino. Devido a esses fatores os educadores muitas vezes não acreditam estarem prontos pra enfrentar mais um desafio como o ensino de crianças com síndrome de Down. É preciso o quanto antes amenizar estes problemas para propiciar melhores condições para todos os entes envolvidos no ambiente educacional.

Além de apresentar essas questões este estudo também busca enfatizar a aprendizagem de crianças com síndrome de Down com a maior veracidade possível. Neste caso, é preciso a conscientização que a deficiência intelectual é um fator limitador que pode interferir diretamente no aprendizado, por este motivo, o educador deve buscar formas diferentes de ensinar, sempre respeitando o tempo do aluno. Bem mais que isso, o docente deve acreditar na capacidade da criança e adequar o conteúdo programático, possibilitando a aprendizagem e a superação de limitações.

Um fato importante é que apesar das dificuldades algumas escolas conseguem desenvolver um trabalho de educação inclusiva excelente. Esta estudo pretende demonstrar justamente isso, que é perfeitamente possível educar as crianças com síndrome de Down. A primeira etapa é aceitar o desafio. É preciso

uma verdadeira inserção dessas crianças na escola regular, com o objetivo de educa-las. Uma vez inseridas e com o respaldo dos gestores educacionais, dos professores, dos pais e dos outros alunos o ensino torna possível. Os métodos e estratégias demonstrados no decorrer do estudo servem de respaldo nesse processo e devem ser somados a uma melhor formação dos profissionais de educação na área inclusiva, com vistas a propiciar que todos os educadores sejam os responsáveis pelo ensino inclusivo de qualidade.

Referências

ALMEIDA, Marina da Silveira. **O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?** 2007. Disponível em: <http://inclusaobrasil.blogspot.com/2007/10/o-que-deficiencia-intelectual-ou-atraso.html>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >. Acesso em: 15 maio. 2018.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez.** Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CASTRO, S. F.; FREITAS, S. N. **As representações dos professores de alunos com síndrome de Down incluídos nas classes comuns de ensino regular.** In: FREITAS, S. N. (org.). Santa Maria: ed. da UFSM, 2008, p. 49-76.

CAT — Comitê de Ajudas Técnicas. CAT, 5. 2007. Brasília. **Ata de Reunião.** Brasília: CAT, CORDE; SEDH, 2007

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** 21.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE:Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas**. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 104 p.

FLOREZ, Jesus; TRONCOSO, Maria Victoria. **Síndrome de Down y educacion. Cantabria**, Santander :Masson-Salvat Medicina, 1991.

MENDES; ALMEIDA; HAYAASHI. **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008b. p. 92-122.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado - Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

NOGUEIRA, M. L. M. **Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida**. 2004. Dissertação (Mestrado)___Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004

NÓVOA, Antonio. **Formação de Professores e Profissão Docente**. In: NÓVOA, Antonio (org.) Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995

OLIVEIRA, E. de. e MACHADO, K. da S. **Adaptações curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

PAULON, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. 2º Ed. Brasília: Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Especial**, 2007.

PIERRO, Gilberto Di. **Recentes aquisições sobre a síndrome de Down: o papel da família**. Revista Pediatria Moderna, São Paulo, Vol. XXII – n. 02, p. 1-5, mar. 1987.

PUESCHEL, Siegfried M. org. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ROSS, P. R. **Pressupostos da integração: Integração frente à realidade educacional**. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade,1998, p. 239-43.

SCHWARTZMAN, J. S. (2003). **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon.

SILVA, N L P; DESSEN, M A. **Deficiência Mental e Família**: Implicações para o Desenvolvimento da Criança, 2001, p. 133-141.

STAINBACK, Susan., STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**.trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p.21-66.

TONINI, A. ; COSTAS, F. A. T. **Educação inclusiva**: as contribuições de Vygotski para a compreensão da diferença. In. FREITAS, S. N. (org.) . Tendência contemporânea de inclusão. Santa Maria: ed. da UFSM, 2008, p. 91 – 112.

TRONCOSO, Maria Victoria e Del Cerro, Maria Mercedes. **Síndrome de Down: Leitura e Escrita** - Cantabria, Espanha. Masson S.A. - 1998.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo – Ícone – Ed. Universidade de São Paulo, 1998.